

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO TRABALHADOR AGRÍCOLA NO BRASIL: UMA ANÁLISE REGIONAL NO PERÍODO DE 2011 E 2015

SOCIO-ECONOMIC PROFILE OF AGRICULTURAL WORKER IN BRAZIL: A REGIONAL ANALYSIS IN THE PERIOD 2011 AND 2015

Mattheus Rodrigues da Silva ¹

Cassiano José Bezerra Marques Trovão ²

Danyelle Mestre de Souza ³

RESUMO

O setor agrícola tem grande importância para a economia brasileira, destacando-se como gerador de divisas e provedor de postos de trabalho. Esse setor passou por uma reconfiguração após os anos de 1960, baseada em um processo de modernização que possibilitou o aumento da produtividade e, ao mesmo tempo, reproduziu a heterogeneidade estrutural presente na agropecuária nacional, dada a natureza desigual e assimétrica entre as regiões. O objetivo deste trabalho é apresentar o perfil do emprego no setor agrícola brasileiro nas diferentes regiões, enfatizando seus aspectos socioeconômicos e sua participação na população ocupada. Para isso, utilizaram-se dados da PNAD de 2011 a 2015. Dessa forma, conclui-se que o trabalho agrícola se caracteriza por baixos níveis de renda e escolaridade, além de ser responsável pela maior parcela do trabalho de subsistência e do trabalho infantil do país. Além disso, verificou-se que as regiões Norte e Nordeste apresentaram piores resultados, quando comparadas às demais.

Palavras-chave: setor agrícola, PNAD, heterogeneidade, regiões.

ABSTRACT

The agricultural sector is of great importance for the Brazilian economy; stands out as a foreign exchange generator and provider of jobs. This sector underwent a reconfiguration, after the 1960s, based on a modernization process that enabled an increase in productivity and, at the same time, reproduced the structural heterogeneity present in national agriculture, given its uneven and asymmetric nature between the regions. The objective of this work is to present the profile of employment in the Brazilian agricultural sector in the different regions, emphasizing its socioeconomic aspects and its participation in the employed population. For this, PNAD data from 2011 to 2015 are used. It is concluded, in general, that agricultural work is characterized by low levels of income and education, in addition to being responsible for the largest share of subsistence work and child labor in the country. In addition, it was found that the North and Northeast regions had worse results when compared to the others.

Keywords: Agricultural sector. PNAD. Heterogeneity. Regions.

Classificação JEL: J01, J43, J21.

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

² Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Unicamp, mestre e doutor em Desenvolvimento Econômico pelo IE/Unicamp na área de Economia Social e do Trabalho.

³ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

1. INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre a importância do setor agrícola para a economia brasileira. Historicamente, tal setor configurou-se como um dos principais pilares da economia nacional, de modo que, conforme aponta Miranda (2020), a história da agricultura no Brasil se confunde com a própria formação econômica do país. Em determinados períodos da história, esse setor era visto não apenas como um dos principais atores na promoção do crescimento econômico no país, mas, também, como relevante espaço de materialização de políticas públicas.

Com o advento do processo de industrialização, a importância do setor agrícola para a dinamização da atividade produtiva agregada no país foi reduzida. Em um horizonte temporal mais amplo, fica clara a redução da participação do setor nos mais diversos âmbitos. Verifica-se uma redução significativa de postos de trabalho agrícolas (BUAINAIN; DEDECCA, 2008), perda de participação no comércio exterior (VILLELA; SUZIGAN, 1975; ABREU; LAGO, 2014; MDIC, 2018; MAPA, 2018) e diminuição do peso relativo no PIB (BRUGNARO; BACHA, 2009).

Todavia, o caso brasileiro merece uma atenção especial. O processo de redução da participação relativa do setor na economia ocorreu em proporções e intensidades distintas das que se observam a economia mundial, especialmente quando comparado ao observado em países desenvolvidos.

Entre 1920 e 2010, a participação das ocupações agrícolas nas ocupações totais caiu significativamente no Brasil (variação negativa de 81,40%); contudo, esse setor ainda é responsável por empregar, em termos absolutos, um expressivo número de trabalhadores, tendo em vista que, no ano de 2015, cerca de 13 milhões de pessoas foram empregadas em ocupações agrícolas no país, o que, de acordo com dados do World Bank (s.d.), supera a População Economicamente Ativa (PEA) de países como Arábia Saudita e Austrália, ou a população total de países como Bélgica, Grécia e Portugal, nesse mesmo ano.

Quanto às exportações, tal setor é responsável por quase 1/3 do total exportado pelo país. Em 2015, as exportações agropecuárias brasileiras representaram aproximadamente 6,8% das exportações agropecuárias mundiais (MAPA, 2018). Esse percentual, de acordo com os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) (2018), é superior à participação das exportações totais do país nas exportações mundiais (1,2%), nesse mesmo ano. Soma-se a isso a tendência de aumento da participação desses produtos na pauta de exportação nacional após 2006, provocada, principalmente, pelo movimento de elevação dos preços das *commodities* e de aumento da demanda externa, impulsionada pela intensificação do processo de industrialização da economia chinesa (SILVA, 2020).

Esse cenário só é possível porque, a partir de meados da década de 1960 e mais efetivamente na década de 1970, houve uma reorganização do setor agropecuário brasileiro, por conta de um processo de modernização baseado na utilização de insumos e equipamentos mais avançados. Esse processo possibilitou o aumento da produtividade do setor, ao mesmo tempo em que aprofundou a heterogeneidade estrutural que caracteriza o setor agropecuário brasileiro. Como aponta Agra e Santos, tal processo se deu sob um caráter “heterogêneo, excludente e parcial” (2001, p. 2).

As implicações dessa heterogeneidade materializam-se em uma dualidade, em que convivem regiões com técnicas e equipamentos agrícolas avançados, de alto grau tecnológico, e regiões que ainda recorrem a técnicas e equipamentos obsoletos, característicos da agricultura de subsistência. Esse é um fenômeno típico não só da economia brasileira, mas de países

periféricos e subdesenvolvidos, como amplamente estudado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (FURTADO, 2000).

Nos anos 2000, esse processo tornou o caso brasileiro mais complexo, mostrando-se necessário discutir o papel do setor na economia local, de sua dependência em relação à tecnologia empregada e dos problemas de caráter estrutural que são reflexos dessa relação. Tudo isso em meio ao debate a respeito dos processos de desindustrialização e reprimarização da estrutura produtiva e da pauta exportadora no país⁴. Outro fato que justifica a realização deste trabalho é a importância de estudar os múltiplos aspectos e consequências dessa heterogeneidade para o país como um todo, bem como para cada região, de forma particular.

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é, levando em conta essa característica de heterogeneidade estrutural, apresentar o perfil do setor agrícola brasileiro, bem como as especificidades das diferentes regiões, enfatizando seus aspectos socioeconômicos com base em indicadores socioeconômicos, segundo alguns recortes como o de gênero, cor/raça e idade. Em paralelo, será feita uma breve exposição da importância do setor para a economia brasileira, destacando os efeitos do processo de modernização e apresentando informações referentes à participação desse setor na ocupação total. Para tanto, serão utilizados os dados referentes aos censos demográficos realizados entre 1920 e 2010, o censo agropecuário de 2017 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre os anos de 2011 e 2015.

Além desta introdução, este trabalho divide-se em: 1) apresentação do setor agrícola brasileiro; 2) discussão a respeito do processo de modernização da agricultura no país, destacando a formação/implicação da heterogeneidade estrutural que caracterizou o setor; 3) definição do perfil do trabalho agrícola e sua participação nas ocupações totais; 4) considerações finais.

2. O SETOR AGROPECUÁRIO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

De acordo com a divisão setorial mais difundida, proposta por Clark (1940), a agropecuária faz parte do setor primário, juntamente às atividades extrativistas (vegetais e minerais). Carvalho (1992) aponta que a visualização de uma economia pautada em uma perspectiva trissetorial é, de certa forma, precipitada, pois tais setores não podem ser analisados de forma independente e autônoma, dadas suas inter-relações. Dessa forma, é importante ressaltar que, como será visto no decorrer deste artigo, a dinâmica de um determinado setor pode ser afetada, tanto por fatores endógenos quanto exógenos.

Quando se analisa a evolução da agropecuária ao longo do tempo (1920-2015), percebe-se que ela vem perdendo espaço para os demais setores, nos mais diversos âmbitos. Pela óptica da produção, houve uma tendência de redução da participação do setor no Valor Adicionado Bruto (VAB)⁵ agregado do país, tanto para a economia brasileira quanto para a economia mundial. Desde o ano de 2002, a participação do VAB da agropecuária no total do Brasil é superior à média mundial. Entre 2011 e 2015, esse setor representava, em média, cerca

⁴ O debate a respeito dos fenômenos contemporâneos da desindustrialização (precoce ou não) e da reprimarização da pauta de exportações e da estrutura produtiva no Brasil pode ser visto em Morceiro (2012).

⁵ “A diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário é chamado de valor adicionado bruto a preços básicos [...]”. Já o “Produto Interno Bruto – PIB, a preços de mercado, mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final, sendo equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos.” (IBGE, 2008, p. 30).

de 5% do VAB total (IBGE, 2016a). Na economia mundial, essa participação ficou em 3,66% do total (WORLD BANK, s.d.).

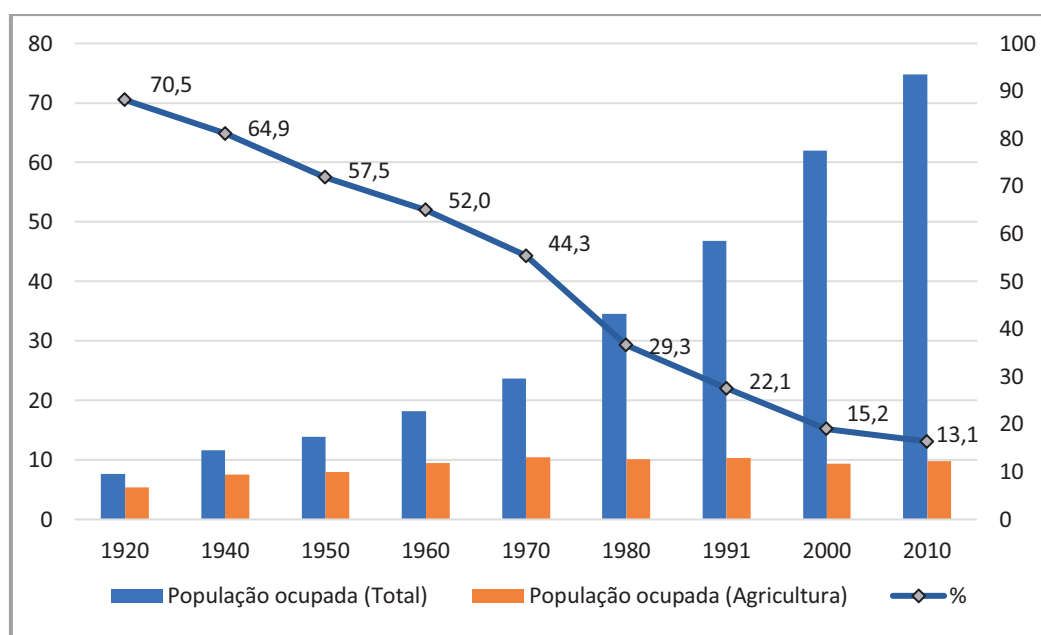
No âmbito das exportações, a concentração da pauta brasileira em torno de produtos agropecuários é uma tendência histórica. Abreu e Lago (2014) mostram que, durante o período agroexportador escravista (1820-1888), tais produtos representaram pouco mais de 86% das exportações totais, enquanto Villela e Suzigan (1975) indicam um aumento desse percentual na “República Velha” (1889-1929), chegando ao patamar de 90%. Nos anos subsequentes é possível identificar uma inflexão nesse comportamento, de modo que, entre 1930 e 2015, percebe-se uma tendência de redução desse percentual, chegando a atingir pouco mais de 31% no ano de 2010, voltando a crescer nos anos seguintes e atingindo aproximadamente 38,97% no ano de 2015 (MDIC, 2018).

Nos últimos anos (2011-2015), de acordo com dados do MAPA (2018), os produtos agropecuários representaram, em média, menos de 10% da pauta de exportação mundial, enquanto no Brasil esse percentual é quase quatro vezes maior. De forma mais específica, entre 2011 e 2015, a participação das exportações agropecuárias no total das exportações mundiais era de 7,95%, enquanto que no Brasil esses tipos de produtos representaram 36,07% das exportações totais.

Quanto ao mercado de trabalho, Buainain e Dedecca (2008) destacam que por volta de 1820 teve início nos países desenvolvidos um processo de redução da participação do setor agropecuário na ocupação total. A título de exemplo, entre 1820 e 1992, nos Estados Unidos e Reino Unido, as participações do emprego do setor agropecuário no total caíram de 70% e 37,6% para 2,8% e 2,2%, respectivamente: comportamento impulsionado, sobretudo, pelos efeitos e implicações das revoluções industriais sobre a atividade, vis-à-vis a um aumento do peso relativo do setor industrial. Esse processo se expandiu de forma contínua para as demais potências em diferentes períodos, por meio das chamadas “ondas de industrialização”.

A participação relativa da população ocupada no setor agrícola caiu substancialmente entre 1920 e 2010, representando uma queda de pouco mais de 57 pontos percentuais, isto é, uma variação negativa de 81,40%. Fica visível que tal redução se deu, principalmente, pela estagnação da população ocupada na agricultura, em contrapartida a um aumento substancial da população ocupada. Isso significa que o setor agrícola não absorveu o aumento da mão de obra crescente no período em questão, ficando a cargo dos setores industrial e de serviços (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR AGRÍCOLA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL OCUPADA, 1940-2010



Fonte: Elaboração própria, com base em dados dos Censos Demográficos (1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

A literatura aponta três fatores principais que explicam esse comportamento: o esgotamento do modelo agroexportador, o processo de modernização da agricultura, no final da década de 1920 e na de 1950, respectivamente, e a questão agrária no país. Cano (2012, p. 80) mostra que, entre 1920 e 1930, viu-se a transição de um modelo primário-exportador centrado no café para um modelo urbano-industrial. Porém, esse processo não ocorreu de forma harmônica, mas foi decorrente do esgotamento do modelo vigente. Em outras palavras, com base no modelo de desenvolvimento proposto por Lewis, não ocorreu um aumento homogêneo da produtividade no setor primário, agravando e perpetuando o dualismo estrutural presente no país (MARIM, 1976)⁶.

Essa transição foi intensificada com a “Grande Depressão” (1929) e seus efeitos sobre as contas externas do país implicaram a necessidade de revisão da orientação das políticas econômicas voltadas para o setor primário-agrícola exportador. Dada a situação cambial desfavorável do período, viu-se a emergência de suprir a demanda interna com produtos domésticos. Com isso, deu-se início a um modelo voltado para dentro, conhecido como Processo de Substituição de Importações (PSI), que reduziu significativamente o coeficiente de exportações do país (BRESSER-PEREIRA, 1973).

O contexto sob o qual a economia brasileira estava inserida, bem como a própria dinâmica do PSI, trouxe efeitos negativos para o setor agropecuário, que perdeu protagonismo nesse novo modelo de desenvolvimento. Desse modo, a industrialização passou a ser prioridade, gerando um relativo redirecionamento da estrutura político-econômica presente no país, ainda que a denominada “modernização conservadora”, com as mudanças na base técnica utilizada

⁶ Cabe destacar que a questão agrária está diretamente relacionada à estrutura fundiária e às relações de trabalho no campo, oriundas da formação do mercado de trabalho em um país periférico e com passado agrário exportador baseado em trabalho escravo.

na produção no campo e a demanda crescente de insumos industriais e máquinas agrícolas, contribuiu para uma parcial integração entre a produção primária e a indústria nacional.

A política de câmbio, antes extremamente favorável (especialmente ao setor cafeeiro), sofreu uma inversão e somou-se à preocupação do Estado em não afetar os preços relativos da economia e em prezar pela manutenção de salários reais baixos para os trabalhadores do setor urbano-industrial. Ademais, a aplicação de taxas de câmbio diferenciadas para cada tipo de produto e a necessidade de obtenção de licenças para exportação também afetaram negativamente o setor agropecuário brasileiro (CARVALHO, 1992).

3. O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO E HETEROGENEIDADE

Carvalho (1992) estabeleceu uma ponte ligando o processo de industrialização ao processo de modernização do setor agrícola brasileiro. Para isso, o autor aponta uma série de fatores inter-relacionados, que serviram como alicerce para esse processo:

De forma mais resumida, podemos dizer que o desenvolvimento da economia, ou seja, à medida que a economia brasileira começou a industrializar-se e a desenvolver um sistema de serviços, com a consequente [sic] urbanização de grande parte da população, ocorreu uma transformação bastante complexa na estrutura produtiva do país. Assim, o número de pessoas a serem alimentadas por agricultores aumentou. Ou seja, a urbanização levou à crescente demanda por produtos agrícolas. (CARVALHO, 1992, p. 12-13)

Pode-se dizer que o processo de modernização da agricultura brasileira surgiu no contexto da “Revolução Verde”. De acordo com Teixeira (2005), esse processo, que culminou na formação dos “Complexos Agroindustriais”, tem como base a criação de um “ambiente agrícola”, que contou com a intervenção do Estado na concessão de crédito e com o capital internacional, por meio da criação de um setor agropecuário nos moldes da agropecuária moderna.

Iniciado esse processo ainda na década de 1950, seus efeitos de modernização só começaram a ser vistos a partir da década de 1960 com a implantação do sistema industrial para produção de equipamentos. Em 1965, instituiu-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), caracterizado por incentivos ao setor agropecuário e baseado na concessão de crédito a taxas de juros diferenciadas, o que resultou, principalmente, na modernização de insumos e equipamentos (RAMOS; MARTHA-JUNIOR, 2010).

O SNCR vigorou até meados da década de 1970, quando se percebeu uma mudança na orientação do financiamento agrícola à medida que o sistema financeiro diminuiu sua participação no crédito rural devido ao elevado risco associado a esse tipo de negócio. Deve-se destacar que, até os anos 1990, o financiamento do setor agrícola dependeu de forma significativa de recursos públicos, com o Governo exercendo papel relevante no mercado, por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e de ações como a criação da Caderneta de Poupança Rural, em 1986; a expansão da carteira de aplicações do BNDES, a partir de 1991; o Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, após 1995; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996; o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), em 1998.

Por outro lado, na década de 1990, a inserção cada vez maior no mercado internacional, a variação significativa na taxa de câmbio e a posterior estabilização monetária afetaram a

política de crédito rural, em um contexto de políticas macroeconômicas que, sob a justificativa de modernizar a atuação do Estado, passou a promover controle de gastos públicos reduzindo o peso do governo no financiamento da agricultura. Nesse processo, o Estado passou a buscar fontes alternativas de crédito, ampliando a atuação do setor privado no financiamento à agricultura (RAMOS; MARTHA-JUNIOR, 2010).

Oliveira (2012) afirma que essa mudança se caracterizou como uma política de “desvencilhamento da política de financiamento”, baseada no aumento das taxas de juros e na redução de financiamentos para o setor, com a diminuição da participação do Estado. Em síntese, as políticas de financiamento e de crédito rural perderam força enquanto instrumento de promoção do setor por parte do poder público.

O processo de modernização, baseado na introdução de insumos e equipamentos modernos, resultou em uma profunda alteração no setor agropecuário brasileiro, gerando um aumento substancial da produtividade e, conseqüentemente, da produção de produtos agrícolas, de modo que o setor se consolidou como um grande produtor de alimentos e gerador de divisas externas (TEIXEIRA, 2005).

Por outro lado, todo esse processo de modernização e os consequentes ganhos de produtividade não se deram de forma igualitária nas diferentes regiões do país. Conforme apontam Agra e Santos (2001), a modernização concentrou-se espacialmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, sob a forma de monoculturas voltadas para exportação, o que culminou em um processo “heterogêneo, excludente e parcial”.

Essa heterogeneidade estrutural garantiu que, no mesmo país, se fortalecesse uma realidade na qual coexistem estruturas agrícolas modernas, com alto grau tecnológico, e estruturas arcaicas baseadas na agricultura de subsistência. Essa ideia é a base do que Furtado (2000) define como “dualismo estrutural”, em que um setor atrasado, ao qual o autor chama de *pré-capitalista*, mantém uma relação de coexistência e complementariedade com um setor moderno, ou, em suas palavras, *capitalista*.

Vieira Filho e Fishlow (2017), a esse respeito, apontam que um dos grandes desafios para o setor agropecuário brasileiro ainda seria promover o crescimento/desenvolvimento produtivo de forma inclusiva⁷.

A Tabela 1, a seguir, apresenta as características gerais dos estabelecimentos agrícolas do país. Percebe-se que os pequenos representam quase 95% de todos os estabelecimentos, gerando cerca de 86% das ocupações agrícolas no país. Porém, abrange menos de 30% da área ocupada. Em contrapartida, os grandes estabelecimentos abrangem quase metade da área ocupada, representando apenas 7%, aproximadamente, dos postos de trabalho. Tais resultados evidenciam o perfil da questão agrária no país, com a predominância dos grandes latifúndios, que abrangem boa parte da área ocupada e são menos intensivos em trabalho, gerando, portanto, menos postos de trabalho.

Essas características conformam uma estrutura específica que define as atuais condições do mercado de trabalho agrícola no país. Dessa forma, ao utilizar informações sociais, econômicas e demográficas, é possível entender o real impacto das estruturas preexistentes sobre o perfil e as condições do mercado de trabalho no campo. Nas próximas seções, serão apresentados o percurso metodológico adotado e os principais resultados que procuram lançar luz sobre os pontos levantados anteriormente.

⁷ Termo utilizado pela Cepal que, em suma, se refere a um modelo de desenvolvimento que ao mesmo tempo que preconiza o crescimento econômico, também se propõe a promover uma convergência produtiva, acarretando, assim, uma melhor distribuição de renda (INFANTE; MUSSI; ODDO, 2015).

**TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS
(BRASIL, 2017)**

	Estratificação dos estabelecimentos agrícolas *	Área total ocupada		Estabelecimentos		Pessoal ocupado	
		Hectares	(%)	Quantidade	(%)	Pessoas	(%)
Brasil	Pequenos	101.185.249	28,8	4.743.123	94,9	12.946.214	86,1
	Médios	82.877.056	23,6	201.961	4,0	1.073.595	7,1
	Grandes	167.227.510	47,6	51.203	1,0	1.023.589	6,8
	Total	351.289.815	100,0	4.996.287	100,0	15.043.398	100,0
Norte	Pequenos	18.127.286	27,8	523.277	91,5	1.747.213	87,5
	Médios	15.503.531	23,8	38.396	6,7	159.165	8,0
	Grandes	31.582.532	48,4	9.940	1,7	90.433	4,5
	Total	65.213.349	100,0	571.613	100,0	1.996.811	100,0
Nordeste	Pequenos	30.639.477	43,2	2.210.658	97,8	5.877.800	92,8
	Médios	16.843.977	23,8	43.614	1,9	246.949	3,9
	Grandes	23.410.411	33,0	7.329	0,3	212.458	3,4
	Total	70.893.865	100,0	2.261.601	100,0	6.337.207	100,0
Sudeste	Pequenos	22.998.026	38,1	914.093	94,7	2.522.578	79,3
	Médios	17.617.286	29,2	44.805	4,6	335.474	10,5
	Grandes	19.687.657	32,7	6.731	0,7	324.113	10,2
	Total	60.302.969	100,0	965.629	100,0	3.182.165	100,0
Sul	Pequenos	17.912.311	41,8	814.752	95,8	2.068.486	88,5
	Médios	12.592.022	29,4	30.461	3,6	155.941	6,7
	Grandes	12.370.978	28,9	5.690	0,7	113.872	4,9
	Total	42.875.311	100,0	850.903	100,0	2.338.299	100,0
Centro-Oeste	Pequenos	11.508.149	10,3	280.343	80,9	730.137	61,4
	Médios	20.320.240	18,1	44.685	12,9	176.066	14,8
	Grandes	80.175.932	71,6	21.513	6,2	282.713	23,8
	Total	112.004.321	100,0	346.541	100	1.188.916	100,0

Nota (*): Para a estratificação dos estabelecimentos agrícolas adotou-se a métrica utilizada por Mitidiero Júnior, Barbosa e Sá (2017) que definem como pequenos estabelecimentos aqueles que ocupem uma área inferior a 200 hectares (ha), médios aqueles entre 200 e 1 000 ha e grandes estabelecimentos aqueles maiores que 2 000 ha.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA).

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo tem como objetivo apresentar o perfil do setor agrícola brasileiro, sua participação nas ocupações totais, bem como as especificidades das diferentes regiões, enfatizando seus aspectos socioeconômicos tendo como base indicadores socioeconômicos, segundo recortes como renda, escolaridade, gênero, cor/raça e idade. Foram utilizados para tal, os dados dos censos demográficos realizados entre 1920 e 2010 e os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), levantados entre os anos de 2011 e 2015.

A PNAD, até 2015, tinha periodicidade anual e apresentava informações sobre características pessoais dos moradores, educação, condições habitacionais e trabalho e renda⁸.

⁸ A partir de 2016, a PNAD foi substituída pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que apresenta outra metodologia e periodicidade mensal/trimestral.

A pesquisa anual era realizada entre os meses de outubro e dezembro, e seus dados eram divulgados no portal do IBGE (IBGE, s./d.). Os microdados possibilitam aprofundar o estudo das informações sociais, econômicas e demográficas dos indivíduos e de seus domicílios. Para este trabalho, tomou-se como foco algumas informações para os indivíduos, explorando características socioeconômicas no período preestabelecido.

Pretende-se mostrar, por meio do que se denominou *perfil dos trabalhadores*, as características próprias do trabalho agrícola em termos socioeconômicos como o peso relativo de homens, mulheres, negros, brancos e de outras raças/cores de pele no total da ocupação em atividades agrícolas. Considerando essas características, procuramos evidenciar a relação entre o total de ocupados agrícolas com determinada característica e o total de ocupados (agrícolas e não agrícolas) com essa mesma característica, ao qual denominaremos de *participação*. Por exemplo, a participação refere-se ao percentual de mulheres que estão empregadas em atividades agrícolas dentre o total de mulheres ocupadas.

5. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS BRASILEIROS E SUA PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO OCUPADA

O setor agrícola brasileiro seguiu a mesma tendência observada para a economia mundial ao longo do tempo. Houve uma perda de peso relativo do setor frente ao incremento dos setores industrial e de serviços, seja do ponto de vista das exportações, seja da perspectiva do produto agregado, seja do desemprego.

Para Buainain e Dedecca (2008), no âmbito do mercado de trabalho, o caso brasileiro é bastante específico, pois mantém particularidades que o diferem tanto do padrão de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento, observando diferentes peso relativo e volume absoluto de ocupados no setor.

Conforme visto no Gráfico 1, entre 1920 e 2010 a participação do setor agrícola no emprego apresentou uma variação negativa de 81,40%, alcançando em 2010 cerca de 13% do total de ocupados, uma proporção que se mostra, ao menos, quatro vezes maior do que a dos Estados Unidos e do Reino Unido. Essa tendência de redução persistiu ao longo da primeira metade da década de 2010, como pode ser observado na Tabela 2.

TABELA 2 – POPULAÇÃO AGRÍCOLA (EM MILHÕES) E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA NA POPULAÇÃO OCUPADA (%), SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA (BRASIL, 2011-2015)

		2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	População ocupada agrícola (em milhões)	14,5	13,7	13,7	14,2	13,3
	Participação na população ocupada (%)	15,4	14,3	14,2	14,3	14,0
		Participação (%)				
Região Geográfica	Norte	12,2	12,3	12,0	11,5	12,5
	Nordeste	44,5	44,0	43,6	45,1	42,8
	Sudeste	21,5	21,8	22,6	21,3	23,1
	Sul	15,8	15,6	15,6	15,6	14,9
	Centro-Oeste	6,0	6,3	6,2	6,5	6,8

Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados da PNAD anual (IBGE).

Aproximadamente 13,4 milhões de trabalhadores estavam ocupados em atividades agrícolas no ano de 2015, o que, de acordo com dados do World Bank (s.d.), é um total que supera a População Economicamente Ativa (PEA) de países como Arábia Saudita e Austrália ou até mesmo a população total de países como Bélgica, Grécia e Portugal, nesse mesmo ano.

De modo geral, verifica-se uma redução da participação do setor agrícola no país nas ocupações, quando se leva em consideração o período analisado, de modo que, entre 2011 e 2015, o setor agrícola perdeu cerca de 1,15 milhões postos de trabalho, representando uma redução de cerca de 1,3 pontos percentuais (p.p.) de participação na ocupação, ou, aproximadamente 8,6% do total.

A Região Nordeste é a que emprega a maior parcela de trabalhadores agrícolas (mais de 40% do total), enquanto a Centro-Oeste é a que emprega a menor proporção desses trabalhadores. Percebe-se que as regiões Nordeste e Sul apresentaram uma redução na participação do emprego agrícola no total da ocupação, enquanto nas demais regiões houve aumento, ainda que pequeno.

Ao analisar o que se denominou de perfil, no que se refere à distribuição de renda, pode-se dizer que a remuneração dos trabalhadores agrícolas está situada nas mais baixas classes de renda. A Tabela 2 apresenta a distribuição dos ocupados segundo faixa de renda (medida em salários mínimos do ano corrente) e mostra que mais de um terço dos trabalhadores do setor não recebem nenhum tipo de remuneração⁹, configurando um trabalho de subsistência. Na Região Nordeste esse percentual é ainda maior, enquanto nas regiões Centro-Oeste e Sudeste apresentam as menores taxas.

Exceto para o caso do Centro-Oeste, esse fenômeno já foi indicado por Marim na década de 70: “A economia de subsistência ainda assume proporções consideráveis, notadamente nos estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste” (1976, p. 42). De modo que, dadas as transformações ocorridas na agricultura brasileira e sua característica heterogênea e excludente, após mais de quatro décadas esse problema ainda persiste, em proporções significativas, nas regiões Norte e Nordeste.

Também se verifica que, na média, por volta de 70% dos trabalhadores desse setor apresentam rendimento menor ou igual ao salário mínimo. Esse resultado é ainda pior na Região Nordeste, onde o percentual ultrapassa os 90%. Outro ponto que merece destaque é que, com exceção do Centro-Oeste, nas demais regiões, assim como para o país, menos de 10% dos ocupados do setor tem renda superior a três salários mínimos.

Essas informações refletem um problema associado à distribuição de renda no setor agropecuário, em termos espaciais. Isso porque a região que emprega a maior parcela dos trabalhadores desse setor é, também, a região que paga os salários mais baixos. É válido destacar, ainda, que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste a situação é relativamente diferente, dado que a maior parcela dos trabalhadores agrícolas está nas faixas intermediárias/altas de renda.

Mesmo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que apresentam resultados melhores que as regiões Norte e Nordeste, há um grande número de trabalhadores em faixas de rendimentos baixas. Como mostra estudo mensal realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) (2018), que leva em conta o custo mensal com alimentação, obtido na pesquisa de preços da cesta básica calculado pelo mesmo órgão, o “salário necessário” para um indivíduo manter uma família de quatro pessoas entre 2011 e 2015 esteve em torno de quatro salários mínimos correntes, conforme indicado na Tabela 3.

⁹ Essa modalidade de trabalho representa indivíduos que trabalham sem tipo algum de remuneração monetária, podendo abranger trabalho em ajuda a membro da família ou à instituição religiosa, trabalho doméstico, beneficente, para próprio consumo, voluntário, cooperativismo, análogo à escravidão, entre outros.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DO PERFIL E DA PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA, SEGUNDO FAIXA DE RENDA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS) (BRASIL, 2011-2015)

	Faixa de renda	Perfil					Participação				
		2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	Sem remuneração	38,2	38,9	40,2	41,1	37,0	81,9	81,2	84,4	81,0	81,8
	Menos de 1	29,7	29,9	27,8	26,9	29,4	28,5	25,3	25,2	24,3	25,0
	Exatamente 1	6,7	7,0	6,2	6,4	5,9	10,0	8,8	8,9	9,0	8,6
	De 1 a 3	18,9	18,3	20,4	19,2	21,5	6,2	5,8	5,9	5,7	6,0
	Mais de 3	4,4	4,6	3,9	4,4	4,4	4,3	3,9	3,8	3,9	3,7
	Sem declaração	2,1	1,4	1,6	2,0	1,9	8,9	7,1	6,8	12,3	16,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,7	14,5	14,5	14,4	13,9
Norte	Sem remuneração	38,4	39,3	39,4	40,9	36,4	78,0	76,5	80,0	78,1	78,1
	Menos de 1	32,3	36,1	33,6	30,4	34,8	34,9	33,0	32,1	28,4	31,7
	Exatamente 1	4,7	4,5	3,9	4,7	4,6	9,6	7,4	7,4	8,3	8,5
	De 1 a 3	19,2	16,2	19,3	18,6	19,4	12,2	10,0	10,2	9,5	10,4
	Mais de 3	3,3	3,1	2,6	3,0	2,6	7,0	5,7	5,2	5,4	5,1
	Sem declaração	2,1	0,8	1,1	2,4	2,0	14,6	8,9	13,8	24,1	54,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	24,7	22,7	22,2	20,9	21,8
Nordeste	Sem remuneração	44,9	46,4	48,4	47,7	42,3	88,8	87,0	89,4	88,1	87,3
	Menos de 1	40,7	40,0	38,4	37,5	42,2	36,7	31,4	31,5	31,6	32,0
	Exatamente 1	5,0	5,6	4,8	4,9	4,6	8,4	7,9	7,3	7,4	6,9
	De 1 a 3	6,2	5,6	6,2	6,3	7,4	5,8	5,1	4,9	5,2	5,4
	Mais de 3	0,7	0,8	0,7	0,9	0,7	2,3	2,5	2,3	3,0	2,1
	Sem declaração	2,4	1,6	1,5	2,6	2,7	20,8	23,1	15,1	42,4	67,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	27,3	25,0	24,7	24,9	23,2
Sudeste	Sem remuneração	27,8	28,1	29,9	31,8	31,7	68,4	69,9	76,2	67,9	73,2
	Menos de 1	17,8	19,9	17,3	16,9	17,1	14,3	14,3	14,0	12,7	13,0
	Exatamente 1	11,6	11,5	10,7	10,8	9,5	10,7	9,3	10,2	9,8	9,7
	De 1 a 3	33,2	31,8	34,5	32,4	35,0	4,6	4,3	4,5	4,2	4,5
	Mais de 3	7,3	7,4	5,9	6,6	6,1	2,8	2,5	2,4	2,4	2,3
	Sem declaração	2,4	1,3	1,6	1,5	0,7	3,6	2,2	2,7	3,1	2,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	7,8	7,4	7,7	7,3	7,6
Sul	Sem remuneração	40,0	39,4	40,6	42,2	37,0	82,7	82,1	84,5	81,3	83,9
	Menos de 1	18,0	17,0	15,5	14,4	15,4	25,0	21,3	21,4	20,8	20,1
	Exatamente 1	5,7	5,4	4,7	5,4	4,9	14,8	12,4	12,8	15,7	13,8
	De 1 a 3	25,7	27,4	29,0	27,5	31,7	7,2	7,2	7,0	6,9	7,3
	Mais de 3	9,5	9,3	8,6	9,5	9,8	7,5	6,7	6,7	6,8	6,2
	Sem declaração	1,1	1,4	1,6	1,0	1,2	9,0	12,1	10,0	9,7	12,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,5	14,3	14,1	14,2	13,2
Centro-Oeste	Sem remuneração	20,3	21,0	19,9	23,4	21,7	69,9	72,7	72,1	68,6	72,2
	Menos de 1	15,1	13,6	10,6	9,9	10,3	16,9	15,0	12,7	11,6	12,1
	Exatamente 1	8,5	9,9	8,1	7,0	6,3	9,1	9,2	8,9	8,7	8,3
	De 1 a 3	43,1	41,5	48,6	46,4	47,0	9,8	9,8	10,2	10,2	10,1
	Mais de 3	11,2	12,5	10,3	11,7	12,7	6,4	6,5	6,0	6,5	6,8
	Sem declaração	1,8	1,5	2,6	1,6	1,9	12,2	10,1	9,2	17,2	28,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	11,9	11,7	11,5	11,8	11,6

Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados da PNAD anual (IBGE).

Em relação à análise da participação, tem-se que, no Brasil, cerca de 3/4 dos trabalhadores agrícolas são ocupados sem remuneração. Segundo o IBGE, o trabalho não remunerado por membro da unidade domiciliar é realizado pela “pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar” (IBGE, 2016b), essencialmente na produção de bens primários (agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), por conta própria ou empregador. Excluindo-se os trabalhadores sem remuneração, nas regiões Norte e Nordeste o setor agrícola

é responsável por cerca de 1/3 dos trabalhadores que recebem menos de um salário mínimo e representa uma pequena parcela de ocupados em classes de renda mais altas.

Quanto à instrução, a Tabela 4 classifica os trabalhadores agrícolas de acordo com o nível de escolaridade. Percebe-se que, na média, quase 3/4 dos trabalhadores agrícolas sequer completaram o Ensino Fundamental. Na Região Nordeste, esse percentual é ainda maior, de modo que até mesmo nas regiões Centro-Oeste e Sul, que apresentam os melhores resultados, esse percentual ainda é alto, embora se verifique uma redução significativa da parcela dos sem instrução no Brasil como um todo e em todas as regiões. Chama atenção também que, ao longo do tempo, nas regiões Sul e Centro-Oeste, o percentual referente ao Ensino Fundamental incompleto também se reduziu.

TABELA 4 – EVOLUÇÃO DO PERFIL E DA PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA, SEGUNDO ESCOLARIDADE (BRASIL, 2011-2015)

Faixa de escolaridade	Perfil					Participação					
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	
Brasil	Sem instrução	27,6	22,6	23,3	22,6	20,9	44,7	46,8	45,1	47,3	46,8
	Fundamental incompleto	49,9	54,0	52,4	52,0	52,1	28,9	27,6	28,3	28,1	28,3
	Fundamental completo	12,4	12,8	13,1	13,0	13,8	11,1	10,8	11,0	11,1	11,8
	Médio completo	8,0	8,3	8,6	9,3	10,2	4,3	4,1	4,2	4,7	4,8
	Superior	2,1	2,4	2,6	3,0	3,0	1,8	1,8	1,8	2,0	1,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,4	14,3	14,2	14,3	14,0
Norte	Sem instrução	27,7	22,5	22,7	22,0	20,0	48,3	51,6	49,6	51,0	54,1
	Fundamental incompleto	53,1	57,3	55,8	54,9	53,9	42,1	39,0	39,4	37,2	39,0
	Fundamental completo	12,0	12,3	12,9	13,6	15,9	17,3	16,4	17,2	16,8	20,2
	Médio completo	5,9	6,4	7,1	7,7	8,5	5,6	5,5	5,8	5,9	6,7
	Superior	1,3	1,5	1,5	1,8	1,7	2,5	2,3	2,2	2,4	2,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	24,4	22,4	22,0	21,0	22,1
Nordeste	Sem instrução	39,0	32,4	33,7	32,3	30,7	59,1	59,5	59,8	59,6	60,2
	Fundamental incompleto	43,9	49,4	47,5	47,9	48,6	39,5	37,2	36,8	38,3	36,9
	Fundamental completo	10,2	10,9	10,9	10,9	11,3	18,5	18,0	17,7	18,2	18,1
	Médio completo	6,0	6,1	6,8	7,7	8,1	6,5	6,1	6,5	7,5	7,1
	Superior	0,8	1,2	1,1	1,2	1,3	1,9	2,2	1,9	2,1	2,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	27,1	24,9	24,5	25,2	23,7
Sudeste	Sem instrução	18,4	14,9	15,2	14,3	13,8	25,1	28,0	25,7	28,1	28,2
	Fundamental incompleto	53,3	56,4	55,8	55,9	55,1	17,4	17,0	18,4	17,5	18,9
	Fundamental completo	14,5	14,0	14,3	14,3	14,9	6,3	5,9	6,2	6,1	6,8
	Médio completo	10,8	11,3	10,8	10,9	12,3	2,6	2,5	2,5	2,5	2,8
	Superior	3,0	3,4	3,8	4,6	4,0	1,1	1,1	1,2	1,3	1,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	7,6	7,2	7,5	7,1	7,5
Sul	Sem instrução	11,0	8,3	9,4	9,2	8,0	32,3	32,7	29,6	32,9	28,3
	Fundamental incompleto	59,9	61,9	59,5	58,0	57,5	31,8	29,7	31,2	30,7	29,3
	Fundamental completo	14,3	15,5	15,7	15,0	15,4	11,4	11,5	11,4	11,3	11,2
	Médio completo	10,3	10,1	10,0	11,9	12,9	5,8	5,4	5,1	6,2	6,1
	Superior	4,4	4,1	5,3	5,8	6,2	3,5	2,8	3,3	3,6	3,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,3	14,2	14,0	14,2	13,2
Centro-Oeste	Sem instrução	18,6	15,7	15,6	16,6	13,5	26,9	29,7	29,6	32,7	32,9
	Fundamental incompleto	49,6	51,4	50,1	48,2	48,0	23,8	23,3	23,0	22,1	23,4
	Fundamental completo	16,6	15,7	17,3	17,3	18,8	10,8	10,0	11,1	11,4	12,9
	Médio completo	11,8	12,4	12,5	12,1	14,1	5,1	5,2	5,1	5,3	5,9
	Superior	3,4	4,9	4,6	5,8	5,6	1,9	2,6	2,2	3,0	2,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	11,9	11,7	11,4	11,8	11,8

Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados da PNAD anual (IBGE).

No que tange à análise da participação, o setor é responsável por quase metade dos trabalhadores sem instrução no país. A Região Nordeste é a que apresenta o maior percentual de trabalhadores agrícolas sem instrução e é, também, a que apresenta o menor percentual de trabalhadores com curso superior. Na Região Sul ocorre o inverso. Esta, juntamente à Região Centro-Oeste, apresenta a maior proporção de trabalhadores com curso superior e, também, a menor parcela de trabalhadores sem instrução.

O processo de modernização, que deu uma nova roupagem para o setor e possibilitou o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da produção, também foi responsável pelo aprofundamento da característica *heterogeneidade*, que marca o setor agrícola brasileiro (AGRA; SANTOS, 2001; DEL GROSSI, CAMPAGNOLLA; DA SILVA, 2001).

Conforme mostrou Oliveira,

o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural. Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do “novo mercado urbano industrial” exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho (2003, p. 45).

A heterogeneidade fica visível quando se observam os efeitos de tal processo sobre as diferentes regiões. A palavra *heterogênea* pode ser utilizada em diversos sentidos, a depender do contexto sob o qual é empregada. A Tabela 5 apresenta informações referentes ao gênero e retrata essa heterogeneidade da análise por região.

TABELA 5 – EVOLUÇÃO DO PERFIL E DA PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA (%) SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA E GÊNERO (BRASIL, 2011-2015)

	Sexo	Perfil					Participação				
		2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	Masculino	69,7	70,8	70,2	68,2	70,7	18,6	17,6	17,4	17,2	17,2
	Feminino	30,3	29,2	29,8	31,8	29,3	11,0	9,9	10,0	10,6	9,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,4	14,3	14,2	14,3	14,0
Norte	Masculino	71,8	70,4	72,9	71,8	73,4	28,6	26,0	26,2	24,8	26,1
	Feminino	28,2	29,6	27,1	28,2	26,6	17,8	16,8	15,4	15,1	15,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	24,4	22,4	22,0	21,0	22,1
Nordeste	Masculino	68,7	70,7	69,6	66,4	69,6	31,4	29,8	29,0	28,8	28,2
	Feminino	31,3	29,3	30,4	33,6	30,4	20,9	17,9	18,1	20,1	17,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	27,1	24,9	24,5	25,2	23,7
Sudeste	Masculino	72,0	72,9	71,7	70,6	72,1	9,7	9,3	9,5	9,0	9,6
	Feminino	28,0	27,1	28,3	29,4	27,9	4,9	4,5	4,8	4,8	4,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	7,6	7,2	7,5	7,1	7,5
Sul	Masculino	64,1	64,4	63,1	63,7	65,0	17,5	16,4	15,9	16,4	15,2
	Feminino	35,9	35,6	36,9	36,3	35,0	12,6	11,5	11,6	11,5	10,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,3	14,2	14,0	14,2	13,2
Centro-Oeste	Masculino	80,2	80,5	80,7	78,0	79,8	16,4	16,2	15,8	15,9	16,4
	Feminino	19,8	19,5	19,3	22,0	20,2	5,6	5,4	5,3	6,2	5,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	11,9	11,7	11,4	11,8	11,8

Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados da PNAD anual (IBGE).

Fica evidente nessa tabela que nas atividades agrícolas predominam indivíduos do sexo masculino. Na média, para o país, tem-se que 70% dos postos de trabalho agrícola são ocupados por indivíduos do sexo masculino. A concentração é ainda maior nas regiões Norte e Sudeste, que apresentam uma concentração acima da média nacional, e na região Centro-Oeste, onde a relação chega a ultrapassar os 80% nos anos iniciais, isto é, a cada dez pessoas ocupadas, oito são homens.

Ao longo do tempo, essa concentração não diminuiu, pelo contrário: com exceção da Região Centro-Oeste, que apresenta os mais altos níveis de participação masculina, as demais apresentaram redução no percentual de mulheres ocupadas no setor agrícola. Nesse ponto, poderia-se questionar a respeito da especialização dos sistemas de produção no campo e como esta afeta as decisões dos membros das famílias, especialmente das mulheres, quanto à busca por outras formas de inserção produtiva, normalmente fora da agricultura, bem como o impacto das políticas de proteção social, como o Programa Bolsa Família, cujo valor é pago preferencialmente para a mulher. Spanevello et al., (2019) demonstram, por meio de um estudo de caso para um município no Sul do país, a relevância da inserção feminina em atividades não agrícolas enquanto fonte de independência financeira para as mulheres no meio rural e de sua autonomização decorrente das vantagens monetárias e não monetárias em um contexto de desvalorização do trabalho agrícola.

Pelo ponto de vista da participação na ocupação total, tem-se que, no geral, as ocupações agrícolas realizadas por homens representam um percentual significativo da ocupação total (aproximadamente 17% em 2015). Nas regiões Norte e Nordeste, essa participação relativa é ainda maior, entre 25% e 30%. Para as mulheres, a Região Nordeste também é aquela em que as atividades agrícolas têm maior participação na ocupação total.

No que tange à cor/raça, verifica-se que 3/5 dos postos de trabalho na atividade agrícola no país são ocupados por pessoas negras. Esse percentual é ainda mais elevado nas regiões Norte e Nordeste, situando-se próximo dos 80%. Na Região Sudeste, a maioria dos postos agrícolas também é ocupada por indivíduos negros, mas em uma proporção relativamente menor do que ocorre na média nacional e nas regiões Norte e Nordeste (Tabela 6).

Já na Região Sul a população branca representa o maior percentual de ocupações agrícolas, em média 3/4 do total. Tal fato ocorre porque a maior parcela da população total da região é de pessoas de cor branca, que de acordo com dados da PNAD de 2015 (IBGE, 2015) representam cerca de 77% da população total. A Região Norte, por sua vez, apresenta o maior percentual de indivíduos classificados como de outras etnias (amarelos e indígenas).

TABELA 6 – EVOLUÇÃO DO PERFIL E DA PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA, SEGUNDO COR/RAÇA (BRASIL, 2011-2015)

	Cor/raça	Perfil					Participação				
		2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	Branca	37,8	36,2	35,1	35,8	34,7	11,9	11,0	10,6	11,1	10,5
	Negra	61,0	62,7	64,0	63,0	64,2	18,7	17,4	17,5	17,0	16,9
	Outras	1,2	1,0	0,9	1,2	1,1	20,0	17,3	16,1	18,1	16,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,4	14,3	14,2	14,3	14,0
Norte	Branca	18,9	17,4	15,6	17,4	15,6	19,7	17,7	15,3	16,5	16,8
	Negra	76,7	79,4	81,2	78,9	80,4	25,1	23,3	23,6	21,7	22,8
	Outras	4,4	3,2	3,3	3,7	4,0	49,8	44,4	45,0	49,0	57,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	24,4	22,4	22,0	21,0	22,1
Nordeste	Branca	23,4	21,3	20,8	21,6	20,0	22,6	19,4	19,0	20,8	18,6
	Negra	75,9	78,2	78,5	77,7	79,3	28,9	27,0	26,5	26,6	25,4
	Outras	0,8	0,5	0,7	0,7	0,7	28,2	25,7	26,0	34,9	28,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	27,1	24,9	24,5	25,2	23,7
Sudeste	Branca	48,6	46,9	44,2	44,4	43,8	6,7	6,3	6,1	6,0	6,2
	Negra	50,6	52,2	55,2	54,6	55,5	8,9	8,3	9,1	8,4	8,9
	Outras	0,9	1,0	0,6	1,0	0,7	7,1	7,0	5,5	6,6	4,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	7,6	7,2	7,5	7,1	7,5
Sul	Branca	77,8	77,4	76,1	78,3	77,2	15,3	14,3	13,9	14,6	13,2
	Negra	21,4	21,6	23,4	20,8	22,1	15,5	13,9	14,4	12,8	13,0
	Outras	0,8	1,0	0,5	0,9	0,7	16,8	20,5	10,8	15,0	12,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,3	14,2	14,0	14,2	13,2
Centro-Oeste	Branca	39,2	38,5	36,9	37,3	37,9	10,9	11,0	10,4	11,1	11,3
	Negra	59,8	60,7	62,8	61,7	61,5	12,7	12,2	12,2	12,3	12,2
	Outras	1,0	0,7	0,3	1,0	0,6	9,9	11,2	4,2	12,9	8,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	11,9	11,7	11,4	11,8	11,8

Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados da PNAD anual (IBGE).

Quanto à participação na ocupação total da Região Norte, destaca-se que na categoria dos trabalhadores que não se autodenominaram brancos ou negros, 40% e 50% de todas as pessoas ocupadas exercem atividade agrícola. Ou seja, entre 40% e 50% dos indígenas e amarelos do Norte estão ocupados em postos de trabalho agrícolas.

Do ponto de vista demográfico, especialmente relativo ao perfil etário da população ocupada agrícola, percebe-se que o fenômeno apontado por Wedig e Menasche (2009) na Região Sul também ocorreu nas demais regiões do país. A população jovem tem representado recorrentemente parcela menor das ocupações agrícolas, de modo que a maior parcela da população ocupada nessas atividades encontra-se na faixa de 40 a 59 anos de idade. De modo geral, nota-se uma tendência de redução da participação na ocupação agrícola dos mais jovens em todas as regiões brasileiras entre 2011 e 2015 (Ver Tabela 7).

Outra informação relevante que pode ser observada diz respeito ao trabalho infantil, que entre 2011 e 2015 representou cerca de 7,36% de todas as ocupações agrícolas. Desse percentual, praticamente a metade tinha idade inferior a 14 anos, configurando uma condição de ilegalidade. A Região Norte é a que mais faz uso de trabalho infantil, enquanto a Centro-Oeste é a que apresenta o menor percentual.

TABELA 7 – EVOLUÇÃO DO PERFIL E DA PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA, SEGUNDO FAIXA DE IDADE (EM ANOS) (BRASIL, 2011-2015)

Faixa de Idade	Perfil					Participação					
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	
Brasil	Até 13*	3,0	2,4	2,3	2,4	2,0	72,7	70,5	73,0	71,1	80,0
	De 14 a 17	5,8	5,2	4,6	4,7	4,4	29,0	24,4	24,3	24,5	26,1
	De 18 a 24	10,3	10,6	9,9	9,4	9,1	10,9	10,5	10,0	9,9	10,0
	De 25 a 39	27,0	26,9	26,4	26,0	26,6	11,1	10,3	10,1	10,2	10,1
	De 40 a 59	37,1	37,7	38,6	38,4	39,7	16,3	15,2	15,2	15,0	14,5
	60 ou mais	16,8	17,2	18,1	19,1	18,3	38,8	35,3	35,3	34,3	32,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,8	14,6	14,5	14,6	14,2
Norte	Até 13*	5,6	4,3	3,6	4,6	2,9	89,3	84,6	79,9	84,2	90,2
	De 14 a 17	7,8	7,3	6,6	6,5	6,3	43,1	40,0	40,9	37,6	43,9
	De 18 a 24	13,2	12,5	11,9	11,4	12,0	21,1	18,5	17,7	16,9	19,5
	De 25 a 39	27,7	30,2	30,0	28,1	30,0	17,9	17,3	17,0	15,5	17,2
	De 40 a 59	33,9	33,5	34,5	35,5	36,2	26,4	23,7	23,2	22,6	22,8
	60 ou mais	11,9	12,2	13,3	13,9	12,6	49,5	47,2	47,0	45,0	41,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	25,4	23,1	22,6	21,8	22,6
Nordeste	Até 13*	3,6	2,7	2,6	2,5	2,2	79,7	78,0	77,6	74,0	87,2
	De 14 a 17	7,0	6,2	5,4	5,3	4,5	48,8	41,2	40,0	40,8	39,2
	De 18 a 24	10,9	11,7	11,1	10,5	9,8	20,5	19,8	19,4	19,1	17,8
	De 25 a 39	27,3	26,9	26,9	27,2	27,8	19,9	18,2	17,6	18,6	17,7
	De 40 a 59	35,2	36,9	36,8	36,9	38,5	28,5	26,8	26,0	26,5	24,9
	60 ou mais	15,9	15,5	17,1	17,7	17,2	58,7	51,0	52,5	51,7	49,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	27,8	25,4	24,9	25,6	24,0
Sudeste	Até 13*	1,6	1,5	1,7	1,7	1,7	47,9	51,5	64,0	59,2	67,6
	De 14 a 17	4,2	3,6	3,0	3,5	4,1	13,7	10,9	10,6	11,7	16,8
	De 18 a 24	9,8	9,7	8,9	8,4	8,5	5,1	5,0	4,8	4,5	5,2
	De 25 a 39	28,3	28,0	27,7	26,2	26,1	5,6	5,2	5,5	5,1	5,3
	De 40 a 59	38,7	38,3	40,2	40,6	40,2	8,1	7,4	8,0	7,6	7,6
	60 ou mais	17,4	18,9	18,4	19,5	19,4	20,8	20,5	19,4	17,9	18,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	7,7	7,3	7,6	7,2	7,6
Sul	Até 13*	2,1	1,9	1,9	1,8	1,4	66,5	62,5	72,0	75,0	74,4
	De 14 a 17	4,1	4,0	3,8	3,8	3,1	18,3	17,2	18,0	17,5	16,0
	De 18 a 24	7,3	7,6	6,8	6,6	6,2	7,5	7,2	6,6	6,8	6,3
	De 25 a 39	21,9	21,0	19,4	19,6	20,1	9,5	8,7	7,9	8,0	7,6
	De 40 a 59	42,3	41,4	43,0	41,5	44,1	17,6	15,9	15,7	15,6	14,7
	60 ou mais	22,3	24,1	25,0	26,7	25,2	47,5	41,7	42,5	42,1	37,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	15,6	14,4	14,2	14,4	13,3
Centro-Oeste	Até 13*	0,8	1,1	1,1	1,2	1,2	30,6	42,3	43,7	38,0	57,3
	De 14 a 17	3,0	2,7	3,3	3,1	3,2	12,8	9,8	13,2	13,0	14,7
	De 18 a 24	9,0	8,9	8,7	8,5	8,1	7,1	6,7	6,7	7,0	7,3
	De 25 a 39	31,4	30,8	28,6	28,7	27,7	9,1	9,1	8,2	8,8	8,5
	De 40 a 59	39,8	40,2	42,1	39,2	42,1	13,6	13,4	13,5	12,8	13,1
	60 ou mais	16,0	16,3	16,2	19,2	17,7	32,2	32,1	30,9	32,4	30,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	11,9	11,7	11,5	11,9	11,9

* No Brasil (2009), a atividade profissional realizada por indivíduos com idade entre 5 e 17 anos é caracterizada como trabalho infantil e, nesse intervalo, menores de 14 são proibidos por lei de exercer qualquer atividade profissional. A partir dos 14 anos, existem algumas modalidades de trabalho permitidas e legalizadas.

Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados da PNAD anual (IBGE).

Quanto à participação das crianças na economia, percebe-se que o setor agrícola é o principal responsável pelo emprego de mão de obra infantil ilegal na ocupação total do país no ano de 2015. Quase 80% de todos os indivíduos ocupados com idade até 13 anos estavam empregados em ocupações agrícolas. Nas regiões Norte e Nordeste os resultados foram ainda mais significativos, atingindo no ano de 2015 cerca de 87,2 e 90,25%, respectivamente.

Um dos motivos que pode vir a afastar o trabalhador jovem do setor agrícola são as condições de trabalho características desse setor, como baixos salários, baixa cobertura sindical e menor perspectiva de melhoria de vida.

6. CONCLUSÃO

A revolução industrial foi o ponto de partida para a instauração do modo de produção capitalista, baseado na produção de artigos manufaturados e na mecanização dos meios de produção. Ela representou, também, o início de perda da participação relativa do setor agropecuário nas economias desenvolvidas. No caso brasileiro, esse processo ocorreu em outro momento, em meados da década de 1930, decorrente do esgotamento do modelo agroexportador e da necessidade de mudar a orientação das políticas econômicas adotadas até então.

As políticas econômicas que até então beneficiavam os produtores do setor agrícola (especialmente o setor cafeeiro) passaram então a promover e solidificar o setor urbano-industrial. Feito isso, notou-se o início da redução relativa da participação do setor agrícola em diversos âmbitos da economia brasileira.

Posteriormente, por meio do processo de modernização do setor agrícola, verificou-se uma nova reconfiguração da agropecuária no país, que passou a contar com insumos e equipamentos mais modernos, implicando o aumento da produtividade e, conseqüentemente, do produto agrícola. Em contrapartida, viu-se também a formação de uma estrutura heterogênea no setor agropecuário, dada a natureza desigual que essa modernização assumiu nas diferentes regiões do país.

Com base no que foi apresentado neste trabalho, verificou-se que o setor agrícola ainda tem importância relativa na economia brasileira, especialmente como gerador de divisas externas, por meio das exportações e como ofertante de postos de trabalho. Conforme apontado anteriormente, o total de ocupados no país em atividades agrícolas no ano de 2015 chegou a ser maior que a população total de países como Bélgica e Portugal.

Verificou-se ainda que a Região Nordeste é a que emprega a maior parcela desses trabalhadores agrícolas, enquanto a Centro-Oeste emprega a menor proporção. É preciso ter cuidado ao comparar esse tipo de informação, tendo em vista que fatores como o tamanho absoluto da população total e o tipo de atividade agrícola predominante afetam tanto os números absolutos quanto os pesos relativos apresentados.

Destaca-se que as regiões Sul e Sudeste empregam nas atividades agrícolas relativamente menos trabalhadores que a Região Nordeste. Isso indica que a estrutura produtiva e o perfil da atividade agrícola nessas regiões podem ser menos intensivos em mão de obra. Essa diferença em termos produtivos entre as regiões tende a reforçar a presença de uma heterogeneidade reforçada pelo processo de modernização desigual entre as regiões.

Quando se analisa o trabalho agrícola pela óptica da renda, é possível notar um alto percentual de trabalhadores agrícolas nas faixas mais baixas de renda. Entre 2011 e 2015, para o total do Brasil, tem-se que, na média, quase 2/5 dos trabalhadores do setor não têm rendimento, o que representa 80% dos trabalhadores nessa modalidade.

A situação é ainda mais complexa sob a óptica regional, visto que na Região Nordeste esse percentual se situa acima dos 40%. Ou seja, a região que mais oferece postos de trabalho na atividade agrícola também é aquela que oferece as menores remunerações. Já nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste uma parcela relativamente maior da população se situa na faixa

de remuneração entre um e três salários mínimos. Não se pode deixar de notar que esse valor é inferior ao salário mínimo nacional, calculado pelo DIEESE em 2015.

No que se refere ao nível de escolaridade, verificou-se que a maior parcela da população empregada em postos de trabalho agrícola tem baixo ou nenhum grau de instrução e, na grande maioria, está localizada nas regiões Norte e Nordeste. Em relação à participação na população total ocupada, tem-se que os trabalhadores agrícolas são quase metade dos trabalhadores de baixa ou nenhuma instrução.

Quanto ao gênero, verifica-se a predominância de indivíduos do sexo masculino, que representam cerca de 70% das ocupações agrícolas no Brasil. Esse percentual chega a 80% na Região Centro-Oeste que, além disso, apresenta uma tendência de redução da mão de obra feminina nesse tipo de atividade.

Levando em consideração a cor/raça, a maior parcela da população agrícola autodenomina-se negra (pretos e pardos), e esse padrão se repete nas demais regiões, com exceção da Sul, onde essa atividade é realizada predominantemente por indivíduos de cor branca.

Em termos do perfil etário, verificou-se que uma pequena parcela da população ocupada em trabalhos agrícolas é formada por indivíduos jovens, mas, em contrapartida, essa atividade é responsável pela maioria dos casos de trabalho infantil registrados. No ano de 2015, quase 80% de todos os indivíduos ocupados com idade até 13 anos estavam empregados em ocupações agrícolas. Nas regiões Norte e Nordeste os resultados foram ainda mais significativos, atingindo, no ano de 2015, cerca de 87,2 e 90,25%, respectivamente.

De forma geral, o trabalho agrícola é marcado por baixos níveis de renda e escolaridade, além de ser responsável pela maior parcela do trabalho infantil no país. A baixa remuneração e o perfil dos postos de trabalho oferecidos nas atividades agrícolas podem contribuir para explicar a baixa parcela da população jovem nesse tipo de ocupação. Isso é ainda mais claro nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam relativamente os piores indicadores socioeconômicos.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para o debate sobre o assunto em questão e/ou auxiliado na elaboração de políticas públicas direcionadas a melhorar o perfil das ocupações nesse setor. Sugere-se, para trabalhos futuros, verificar outros aspectos do trabalho agrícola, como a condição de ocupação e as coberturas sindical e da proteção social, nomeadamente, da Previdência Rural e do Programa Bolsa Família, para a composição da renda dos domicílios com trabalhadores em atividades agrícolas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. A economia brasileira no império. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 5-18.

AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério Ferreira dos. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife-PE. **Anais** [...] Recife: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2001.

BRASIL. **Menor de 14 anos não pode trabalhar no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/menor-de-14-anos-nao-pode-trabalhar-no-Brasil>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O NOVO MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 122-145, 1973.

BRUGNARO, Ricardo; BACHA, Carlos José Caetano. Análise da participação da agropecuária no PIB do Brasil de 1986 a 2004. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 127-159, mar. 2009.

BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Cláudio Salvadori. Introdução: emprego e trabalho na agricultura brasileira. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. IICA: Brasília, 2008.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista Economia**, v. 13, n. 3b, p. 897-916, 2012.

CARVALHO, João Carlos Monteiro de. **O desenvolvimento da agropecuária brasileira: da agricultura escravista ao sistema agroindustrial**. Brasília, DF: Embrapa-SPI, 1992.

CLARK, Colin. The conditions of economic progress. London: MacMillan, 1940.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; CAMPAGNOLLA, Clayton; DA SILVA, José Graziano. O fim do êxodo rural?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 6., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: FGV, jun. 2011, p. 1-12., 2011.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. **Evolução do salário mínimo reajustes, ganhos reais e simulações por governos: 1995 a 2018**. 2018. Disponível em: http://www.contag.org.br/arquivos/portal/Simulacao_Salario_Minimo_Contag_Jan2018_1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2018.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/305721006/Teoria-e-Politica-Do-Desenvolvimento-Economico-Celso-Furtado>. Acesso em: nov. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, (s.d.). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): síntese de indicadores 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais – 2016a**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 20 nov. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40782.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2017: **Resultados Definitivos**. (s.d.). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#movimentacao-financeira>. Acesso em: 10 set. 2020.

INFANTE, Ricardo; MUSSI, Carlos; ODDO, Mauro. **Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil**. Santiago: Cepal, 2015.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio**: principais mercados de destino. Brasília: MAPA/ACS, 2018. Acesso em: 20 nov. 2021.

MARIM, Walter Chaves. Absorção de mão-de-obra e modernização da agricultura no Brasil. **Rev. Adm. Empresas**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 33-47, out. 1976. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003475901976000500004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: out. 2019.

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Outras estatísticas de comércio exterior**, 2018. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/outras-estatisticas-de-comercio-exterior>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MIRANDA, Rubens Augusto de. Breve história da agropecuária brasileira. In: LANDAU, Elena Charlotte et al. **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas**: cenário histórico, divisão política, características demográficas, socioeconômicas e ambientais. Brasília: Embrapa, 2020. p. 30-58.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Héric de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, p. 7-77, 31 jan. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33026/peg.v18i3.5540>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MORCEIRO, Paulo César. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011**: abordagens e indicadores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Coleção PROPG Digital – UNESP). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109252>. Acesso em: 29 nov. 2021.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Robson Munhoz de. O desenvolvimento da agricultura no Brasil e seus rebatimentos sobre bioma cerrado e o uso comunal dos gerais pelos geraizeiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: UFU, 2012.

RAMOS, Simone Yuri; MARTHA-JÚNIOR, G. B. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2010.

SILVA, Matheus Rodrigues da. et al. Exportações, inserção comercial e especialização produtiva: uma análise para os produtos primários brasileiros entre 2001 e 2016. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 27, n. 3, p. 46-67, 29 set. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036x.v27i3a2020.2487>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SPANVELLO, Rosani Marisa. et al. Mulheres rurais e atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 48, p. 250-265, jul.-set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.48.250-265>. Acesso em: 29 nov. 2021.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica AGB-TL**, v. 1, n. 2, p. 21-42, 2005.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; FISHLOW, Albert. (Ed.). **Agricultura e indústria no Brasil**: inovação e competitividade. Brasília: Ipea, 2017.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. IPEA/INPES, 1975.

WEDIG, Josiane Carine; MENASCHE, Renata. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, ML; PACHECO, JK. (Org.). **Juventude, consumo e educação**. Porto Alegre: ESPM, 2009. p. 95-112

WORLD BANK. **World Bank Indicators**. (s.d.). Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator> . Acesso em: fev. 2018.

Recebido em: 02/01/2020

Aceito para publicação em: 06/08/2021